



(Tradução)

Interpeção Escrita

Macau perdeu logo o equilíbrio do seu desenvolvimento económico quando o sector do jogo se transformou em sector predominante, e como a sua forte capacidade em gerar lucros possibilita a oferta de salários mais elevados, os outros sectores sentiram o impacto disso.

O sector do turismo também se desenvolveu a ritmo acelerado. Relativamente à situação quer antes da transferência de soberania quer dos últimos dois anos, registou-se um aumento significativo de visitantes, que passaram de 8 milhões para 30 milhões. Mas o desenvolvimento deste sector não significa nada para as PME, visto que a maioria delas não beneficia do rápido desenvolvimento económico impulsionado pelos sectores do turismo e do jogo. As PME não têm grande capacidade para gerar lucros, e ainda têm de aguentar os encargos com as rendas altíssimas, resultantes do desenvolvimento económico, por isso, não lhes resta muito espaço para o aumento de salários e regalias dos seus trabalhadores. Consequentemente, partindo da perspectiva de que toda a gente procura um trabalho bem remunerado, aos nossos jovens só restaram, nestes últimos anos, duas opções: trabalhar como *croupiers* em casinos ou arranjar um lugar nos serviços públicos, pois neste último caso a tijela de arroz é de ferro.

Mas agora a situação mudou. Perante a entrada do sector do jogo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

em fase de ajustamento, e apesar de os novos projectos das várias concessionárias do jogo entrarem em funcionamento num futuro próximo, a pressão sentida pelo sector ao nível da procura de recursos humanos vai atenuar. E é até provável que os trabalhadores venham a acabar no desemprego, devido à redução da dimensão do sector.

Face aos 200 mil trabalhadores não residentes existentes em Macau, às mudanças na procura de recursos humanos e ao aumento de desempregados durante a fase de ajustamento económico, teoricamente, deve proceder-se à redução da importação de mão-de-obra, podendo mesmo considerar-se indeferir a renovação de contratos de alguns trabalhadores importados, para obrigar os empregadores a recrutarem trabalhadores locais.

O reforço da formação profissional para elevar a competitividade dos residentes pode ser uma medida positiva, mas os esforços empregues pelo Governo até ao momento parecem ser insuficientes. No passado mês de Março, um residente queixou-se, partindo da sua própria experiência, das insuficiências da formação. No dia 13 do passado mês de Março, dirigiu-se à Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais para um exame de admissão ao curso básico para electricistas na área da manutenção, com duração de 3 meses, ou seja, 100 horas, e na sala de exame, na DSAL, eram mais de 370 os candidatos, incluindo jovens, pessoas de meia idade e idosos. O queixoso já participou em cursos organizados pela DSAL, por isso sabe que, regra geral, o limite é de 20 formandos por sala, portanto, neste momento as inscrições são 18,5



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

vezes mais do que as vagas, o que demonstra que a procura é maior do que a oferta. Nesta altura de ajustamento económico, muitos residentes apercebem-se da necessidade de "pensar na adversidade em tempos de paz" e querem aprender mais, com vista a elevar a sua competitividade. O Governo deve organizar mais cursos de formação profissional adequados à realidade, para que os residentes possam estar suficientemente "artilhados".

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto à política de recursos humanos, de que planos dispõe o Governo para fazer face ao ajustamento económico? Será que o Governo não faz nada porque acredita que tudo vai acabar bem? Ou será que já está bem preparado?
2. Para salvaguardar que o direito ao trabalho dos residentes não seja afectado pelo ajustamento económico, o Governo deve dispor de planos para reduzir, gradualmente, o actual número de trabalhadores importados, que são já 200 mil (por exemplo, tomar por base os dados dos diversos sectores sobre a procura de recursos humanos, e proceder à redução dos trabalhadores não residentes. Pode mesmo considerar-se indeferir a renovação de contratos desses trabalhadores quando o lugar que ocupam pode ser de imediato assumido por trabalhadores locais ou depois destes passarem pela formação necessária). O Governo vai fazê-lo?
3. Quanto à formação profissional, o Governo vai empregar mais esforços para acelerar a organização de mais cursos e, ainda, aumentar as vagas?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Para se articular com as necessidades sociais nesta conjuntura de ajustamento económico, o Governo deve colaborar com as instituições educativas para reforçar a diversificação dos cursos de formação. Vai fazê-lo?

15 de Abril de 2016.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**